



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 005/2025**

**Período de recebimento das Propostas:** Do dia 30/07/2025, às 09hs00min até o dia 04/08/2025, às 09hs00min

**Período dos Lances Eletrônicos:** Do dia 04/08/2025, às 09hs30min até o dia 04/08/2025, às 15hs30min

**Critério de julgamento:** menor preço por item

**Link da Plataforma Eletrônica:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

De conformidade com determinação do Presidente da Câmara Municipal de Lavras, Excelentíssimo Vereador Ubirajara Cassiano Rocha, mediante Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 104/2025, de 1º de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Lavras, na Edição n.º 3537, Segundo Caderno, de terça-feira, 1º de julho de 2025, Páginas 27 a 29; que revoga a Portaria n.º 88/2025, de 12 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Lavras, na Edição n.º 3503, de segunda-feira, 12 de maio de 2025, Páginas 36 a 38, torna-se público para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, na hipótese do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras**, conforme o Termo de Referência e as condições estabelecidas neste Aviso e nos seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, “*Lei de Licitações e Contratos Administrativos*”; Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que “*Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999*”; Lei Municipal n.º 4.736, de 29 de novembro de 2022, que “*Estabelece regras e diretrizes para a atuação de agente de contratação, de equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores fiscais de contratos, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal do Município de Lavras-MG*”; Portaria n.º 17/2024, que “*Regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a nova Lei de Licitações, no âmbito da Câmara Municipal de Lavras*”; Portaria n.º 18/2024, que “*Estabelece normas para os procedimentos comuns cabíveis aos processos licitatórios nos termos da Lei n.º 14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Lavras/MG, e dá outras providências*”; Portaria n.º 19/2024, que “*Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Lei do Municipal n.º 4.736, de 29 de novembro de 2022, para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da Comissão dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do*



*Poder Legislativo do Município de Lavras*”; Portaria nº 20/2024, que “*Dispõe sobre a Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Lavras/MG*”; Portaria nº 21/2024, que “*Regulamenta o Sistema de Registro de Preços de acordo com o disposto nos artigos 78, § 1º e 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Lavras/MG*”; Portaria nº 22/2024, que “*Regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal de Lavras nas categorias de qualidade comum e de luxo*”, sendo que todas as referenciadas Portarias encontram-se integralmente publicadas no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) da Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais, disponível em: <https://sapl.lavras.mg.leg.br/norma/pesquisar>.

## **I – DO OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA**

1.1. O objeto da presente Dispensa de Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo IV - Termo de Referência.

## **II – DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação se dará perante o sistema eletrônico provido pelo sítio Portal de Compras Públicas, aderido pela Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais, disponível em: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma utilizada para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**

2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);



2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.3.2 Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

### **III – DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.



3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do produto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os produtos nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. Uma vez enviada à proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.7. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso);

3.8. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema;

3.9. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **IV – DA FASE DE LANCES**

4.1. A partir das 09h30min da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será aberta pelo Agente responsável no sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por item.**

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances será promovido pelo Agente responsável no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **V – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Câmara Municipal de Lavras.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a



negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara Municipal de Lavras;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

## **VI – DA HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Consultar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento.

**Nota explicativa: Caso não esteja disponível no PNCP a consulta prevista no item 6.2.1, poderá ser realizada a consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, a qual abrange também o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.**

6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Câmara Municipal de Lavras, sob pena de inabilitação.



6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.8. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **VII – DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, a contratação dar-se-á mediante convocação do adjudicatário para assinatura do Termo de Contrato, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato,** conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Câmara Municipal de Lavras para assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, nos mesmos prazos acima, contados da data de seu recebimento.

7.2.2. Os prazos acima poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2.3. Será aceita assinatura digital conforme a de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

7.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.





7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Câmara Municipal de Lavras previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5. **O prazo de vigência da contratação deste certame será de 30 (trinta) dias**, conforme previsão dos anexos deste Aviso de Dispensa Eletrônica, prorrogável nos termos dos arts. 106 e 107, observado o limite do art. 75, inciso II; da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. **É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada sobre o objeto do certame e a qualidade dos serviços/fornecimentos.**

7.7. Às licitantes interessadas em participar deste certame, recomenda-se vistoriar o local onde serão executados os serviços (Visita Técnica Facultativa), nas condições estipuladas no Termo de Referência (ANEXO III, 4 - DA VISITA TÉCNICA).

7.7.1. A licitante que optar pela não realização da vistoria, vindo a ser a vencedora, não poderá alegar, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento do local da realização dos serviços e suas peculiaridades.

7.7.2. A **Declaração Formal** da licitante, de que conhece as condições do local para a execução do objeto supre a necessidade de visita técnica (ANEXO III, 4.3).

## **VIII – DAS SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara Municipal de Lavras, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

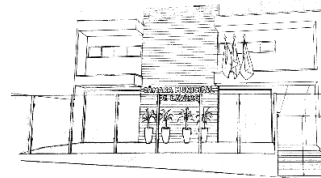
8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência no caso da falta prevista no subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.



8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal de Lavras ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



## **IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas, no Diário Oficial do Município de Lavras e no Portal Nacional de Contratações Públicas - (PNCP).

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Câmara Municipal de Lavras na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Câmara Municipal de Lavras ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Câmara Municipal de Lavras poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal de Lavras, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Lavras não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

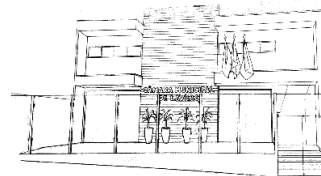
9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO  
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA  
ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA  
ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA  
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Lavras, 29 de julho de 2025.

**KÁTIA CÍNTIAM RÊGO**  
*Agente de Contratação da Câmara Municipal de Lavras*



**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

<b>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras.
---	--

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO					
<b>QUAL O TIPO DE OBJETO?</b>	<input type="checkbox"/> Bem.				
	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço.				
<b>QUAL A NATUREZA?</b>	<input type="checkbox"/> Continuada.	<input type="checkbox"/> Com monopólio.			
	<input type="checkbox"/> Sem monopólio.				
<b>QUAL A VIGÊNCIA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.				
	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).				
	<input type="checkbox"/> 180 dias.				
	<input type="checkbox"/> 12 meses.				
	<input type="checkbox"/> Indeterminado.				
	<input type="checkbox"/> dias.				
<b>PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.				
	<input type="checkbox"/> Não.				
	<input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.				
<b>HÁ TRANSIÇÃO</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	Contrato nº:			





COM CONTRATO ANTERIOR?		Prazo final:	
	<input type="checkbox"/> Não.		

**PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE E REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

Os serviços de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, a serem realizados no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, deverão obedecer aos seguintes critérios técnicos e padrões mínimos de qualidade:

**1. Execução Técnica dos Serviços:**

- A remoção e reinstalação das poltronas deverão ser realizadas por equipe especializada e com experiência comprovada em montagem e fixação de mobiliário coletivo, preferencialmente em ambientes institucionais;
- A operação deverá garantir a integridade estrutural das poltronas, evitando danos às bases metálicas, assentos, encostos, parafusos e demais componentes;
- Os serviços devem ser executados sem causar danos ao piso do plenário, às instalações elétricas, acústicas ou estruturais do ambiente;
- Os furos e fixações devem ser realizados de forma nivelada, segura e durável, com o uso de ferramentas e técnicas adequadas para esse tipo de instalação.

**2. Materiais e Insumos:**

- Toda a mão de obra, ferramental, insumos e materiais de fixação (parafusos, buchas, arruelas, etc.) deverão ser fornecidos pela empresa contratada;
- Os materiais utilizados devem ser novos, de primeira qualidade e adequados às especificações técnicas dos fabricantes das poltronas;
- Os componentes de fixação deverão garantir firmeza, estabilidade e resistência, em conformidade com as normas técnicas da ABNT.

**3. Conformidade com Normas Técnicas**

- A nova disposição das poltronas deverá respeitar integralmente as **normas de segurança, acessibilidade e evacuação de emergência**, e demais normas pertinentes;
- As distâncias mínimas entre fileiras, largura dos corredores, e o acesso a saídas de emergência deverão ser observados, conforme diretrizes do Corpo de Bombeiros e legislação vigente.



#### 4. Disposição das Poltronas

- A reinstalação das poltronas deverá obedecer à nova configuração do plenário, conforme planta ou figura anexa, priorizando a formação de corredor central para permitir fluxo e evacuação adequada;
- Os corredores centrais e laterais deverão ter largura **mínima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros)**, de acordo com recomendação técnica do Corpo de Bombeiros, de forma a garantir condições adequadas de circulação e evacuação segura em situações de emergência.
- A empresa deverá alinhar previamente com a Diretoria Geral ou responsável técnico da Câmara a marcação do novo layout, garantindo o correto posicionamento e espaçamento entre as poltronas.

#### 5. Limpeza e Finalização

- Ao final da execução dos serviços, a empresa deverá deixar o ambiente limpo e livre de resíduos, sendo responsável pela coleta e destinação adequada de sobras de materiais, resíduos de perfuração, embalagens e outros detritos gerados durante o serviço.

#### 6. Prazos e Responsabilidades

- Os serviços deverão ser executados dentro do prazo acordado, com antecedência mínima à realização dos eventos previstos entre os dias 11 a 15 de agosto de 2025;
- Qualquer dano causado durante a execução dos serviços à estrutura da edificação, mobiliário ou equipamentos será de responsabilidade integral da contratada, devendo ser reparado sem ônus para a Câmara Municipal;
- O serviço será considerado concluído somente após vistoria e aprovação formal por parte da Diretoria Geral e do responsável técnico designado.

<b>HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o critério ou prática).</i>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.



<b>ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?</b>	<div><input type="checkbox"/> Consulta a fornecedores.</div> <div><input type="checkbox"/> Internet.</div> <div><input type="checkbox"/> Outro.</div> <div><input type="checkbox"/> Contratações similares.</div> <div><input type="checkbox"/> Audiência pública.</div> <div><b>Especificar:</b> Contratação similares já realizadas pela Casa.</div>

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO**

**Justificativa Técnica:**

A disposição atual das poltronas, instalada após a última reforma no plenário, apresenta limitações funcionais e riscos à segurança, uma vez que as longarinas foram fixadas de maneira contínua, sem espaços adequados para livre circulação entre as fileiras. Essa configuração impossibilita a saída individual de pessoas assentadas nas extremidades das fileiras sem que várias outras precisem se levantar, o que compromete a mobilidade e dificulta a evacuação do ambiente em situações emergenciais.

Tal falha foi comprovada durante o evento de concessão de honorarias realizado em dezembro de 2024, quando o plenário esteve com sua capacidade máxima ocupada. O episódio revelou a inadequação do atual layout em termos de segurança, conforto e acessibilidade.

Além disso, análise técnica recente feita por representante do Corpo de Bombeiros, atendendo a solicitação da Diretoria Geral, identificou que a disposição atual não corresponde ao projeto aprovado e não atende aos critérios de segurança exigidos para ocupação e evacuação, podendo inclusive comprometer a aprovação do espaço em eventual inspeção.

Com base nessas constatações, concluiu-se ser tecnicamente necessária a remoção e reinstalação das poltronas com novo layout, garantindo a criação de corredor central com largura mínima de 1,60m, conforme orientação do Corpo de Bombeiros e assegurando acessibilidade e rotas de fuga adequadas.

**Justificativa Econômica**

A execução dos serviços por empresa especializada representa a solução mais econômica e eficiente por diversos motivos:

- Redução de riscos e custos com acidentes ou danos estruturais, que poderiam ocorrer com intervenções improvisadas ou realizadas por equipes sem qualificação técnica;

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



• Prevenção de eventuais penalidades e interdições por parte dos órgãos de fiscalização (Corpo de Bombeiros, e etc.), evitando prejuízos à imagem institucional e à continuidade das atividades legislativas;

• Melhor aproveitamento do mobiliário existente, uma vez que as poltronas serão reaproveitadas, reduzindo significativamente os custos em comparação com a substituição total por novos assentos;

• A contratação integrada, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, permite maior controle orçamentário e segurança na execução, além de evitar custos ocultos decorrentes de contratações fragmentadas.

Por fim, a contratação permitirá que os serviços sejam executados com a qualidade técnica exigida, dentro do prazo necessário para as solenidades previstas entre os dias 11 a 15 de agosto de 2025, assegurando que o ambiente esteja plenamente adequado para recepção de autoridades, servidores e cidadãos.

<b>HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<b>QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</b>	<input type="checkbox"/> Não há.	
	<input type="checkbox"/> 90 dias.	
	<input type="checkbox"/> 12 meses.	
	<input type="checkbox"/> dias.	
	<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> meses.
		<input type="checkbox"/> anos.
<b>HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<b>HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<b>COMO SE OBTEVE O QUANTITATIVO</b>	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores.	<input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



<b>ESTIMADO?</b>	<b>X</b> Outro. <b>Especificar:</b> Quantidade de poltronas disponíveis no plenário da Câmara Municipal de Lavras.
<b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</b>	O quantitativo dos serviços foi definido com base em levantamento da quantidade de poltronas atualmente instaladas no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, totalizando 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, fixadas ao piso com quatro parafusos cada.

**ESPECIFICAÇÃO**

ITEM	Descrição	Qtd.
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, afixadas com quatro parafusos cada. A reinstalação deverá ser feita em formato de corredor central, conforme figura anexa, observando integralmente as normas técnicas de segurança e acessibilidade.	01
<b>MEIOS USADOS NA PESQUISA</b>	<div><input type="checkbox"/> Pannel de <input type="checkbox"/> Contratações similares.</div> <div><input type="checkbox"/> Simas. <input type="checkbox"/> Fornecedores.</div> <div><input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b></div>	

**ESTIVA DE PREÇOS**

Considerando a especificidade do objeto a ser contratado, a estimativa de preços foi realizada por meio de cotações diretas com fornecedores especializados no ramo de instalação e manutenção de mobiliário fixo institucional.

Tal procedimento se justifica pela natureza singular dos serviços demandados, que exigem conhecimento técnico específico, mão de obra qualificada e experiência prévia em projetos de fixação e redistribuição de poltronas em ambientes públicos formais, como plenários legislativos.

A pesquisa de preços foi realizada com empresas do setor, por meio de solicitação formal de propostas e levantamento de valores atualizados praticados no mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade. A média dos valores obtidos servirá como referência para o processo licitatório,

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



assegurando a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a viabilidade da contratação.

<p><b>A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não. <b>Por quê?</b></p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> Objeto indivisível.  <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.  <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.                         </div> <div> <input type="checkbox"/> Perda de escala.  <input type="checkbox"/> Economicamente inviável.  <input type="checkbox"/> Outro.  <b>Especificar:</b>  <i>(Indicar o motivo).</i> </div> </div>
<p><b>HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

<p><b>HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar item do PCA:</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
---	--

<p><b>QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?</b></p>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo  <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho  <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo  <input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o benefício).</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> Redução de Custos  <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos  <input type="checkbox"/> Ganho de Eficiência  <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública                         </div> </div>
---	---

<p><b>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b></p>
--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



<b>SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<b>X Não.</b>
--------------------------------	---------------

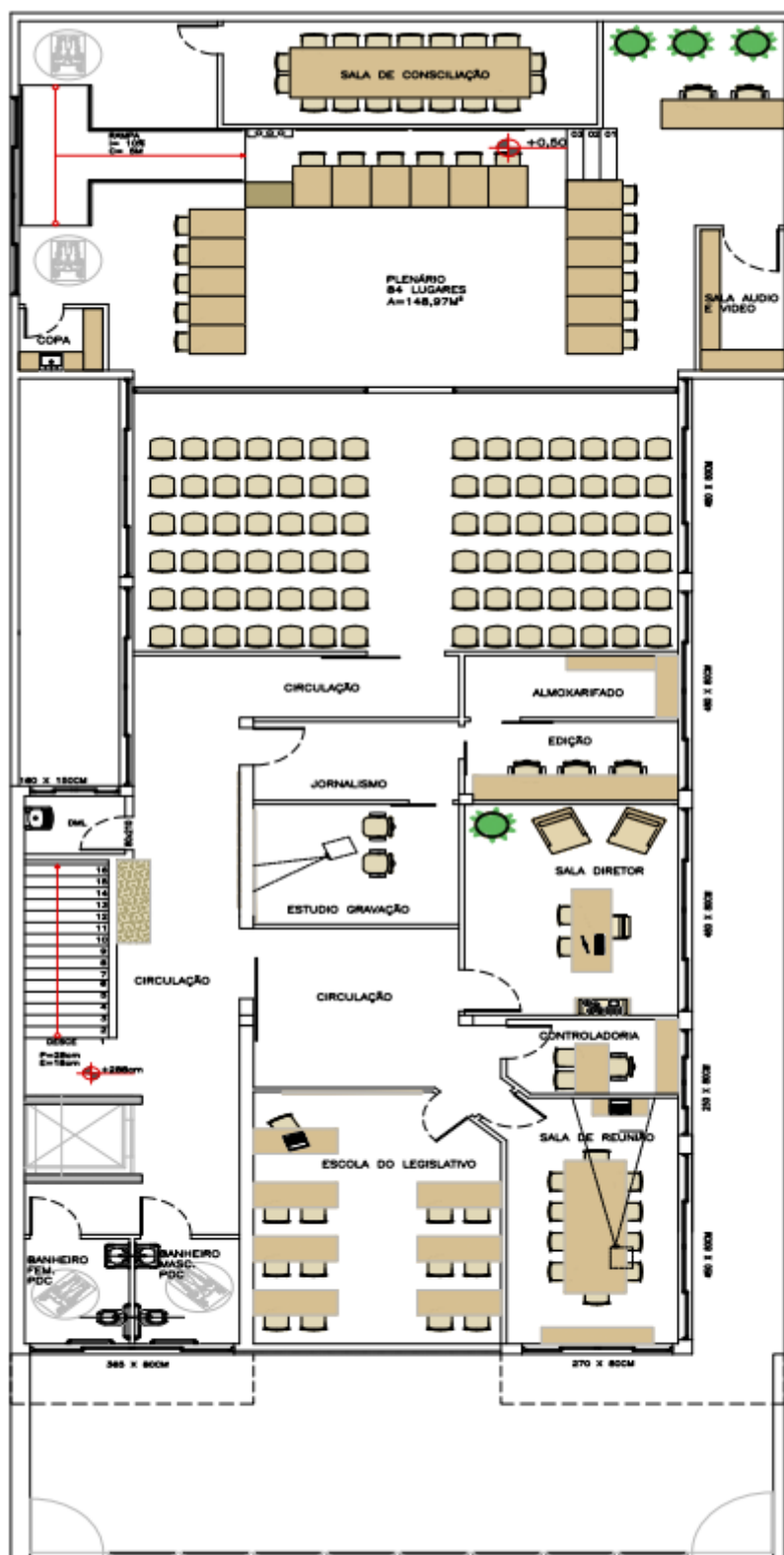
<b>HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?</b>	<b>Especificar os impactos: (Detalhar).</b>
	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar as medidas de mitigação dos impactos: (Detalhar).</b>
	<b>X Não.</b>

<b>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</b>	<b>X Sim.</b>
	<input type="checkbox"/> Não.

Lavras, 16 de julho de 2025

**LIDIANE DA SILVA DIAS**  
*Diretora Geral da Câmara Municipal de Lavras*

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



PLANTA PAV. SUPERIOR  
LAYOUT  
ESCALA 1:100



**ANEXO II**  
**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**Os licitantes de forma OBRIGATÓRIA, deverão cadastrar os documentos na plataforma do Portal de Compras Públicas, para fins de classificação de Habilitação. Caso algum documento não seja cadastrado o mesmo será INABILITADO.** Os documentos que deverão ser incluídos na plataforma são:

**1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

1.1. No caso de Empresário Individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.



- 2.2. Prova de regularidade com a fazenda municipal da sede do proponente.
- 2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (Tributos Federais e Dívida Ativa da União – Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida da União).
- 2.4. Prova de Regularidade de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
- 2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS) através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 2.6. Prova de regularidade de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- 2.7. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- 2.8. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- 2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante Certidão declarando tal situação, sob sua plena responsabilidade, na forma da lei;

### **3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.2. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

### **4. HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL -ARTIGO 67, LEI FEDERAL 14.133/2021**



4.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneceu, satisfatoriamente, bens e/ou serviços análogos ou compatíveis com os objetos desta licitação, comprovando a aptidão da licitante no atendimento com qualidade, conforme as exigências descritas neste Termo de Referência.

4.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Câmara Municipal de Lavras, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a) Os atestados deverão conter nome e cargo da pessoa que os assina;

b) Fica esclarecido que as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade de fornecimento dos produtos, de execução dos serviços e de comprovada qualidade;

## **5. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS**

5.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel de preferência timbrado, **conforme modelo mostrado no ANEXO III deste Aviso de Dispensa**, atestando:

5.1.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.1.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 e 49, *caso se enquadre no benefício*.

5.1.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

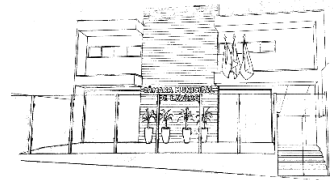
5.1.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

5.1.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**OBSERVAÇÃO:** A documentação solicitada no item 5, supracitadas, deverá ser inserida no campo “OUTROS DOCUMENTOS”. Considerando o princípio da

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

---



economicidade, caso falte informações/assinaturas quanto as declarações exigidas, estas poderão ser sanadas pelo vencedor ainda na sessão pública, conforme solicitação e prazo estipulado pelo(a) Condutor(a) do Processo.

Lavras, 29 de julho de 2025.

**KÁTIA CÍNTIAM RÊGO**  
*Agente de Contratação da Câmara Municipal de Lavras*





**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025**  
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 020/2025**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº ....., sediada, (endereço completo), neste ato representada por seu(ua) Representante Legal (qualificação completa), DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação na referenciada dispensa, o que se segue:

1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
2. Que, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, *caso se enquadre no benefício*.
3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Local e data

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**



**ANEXO IV**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO**

**1.1. Objeto:**

Constitui objeto da presente dispensa de licitação a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras**, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

**1.2. Especificações:**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, afixadas com quatro parafusos cada. A reinstalação deverá ser feita em formato de corredor central, conforme figura anexa, observando integralmente as normas técnicas de segurança e acessibilidade.

**2 – JUSTIFICATIVA**

Conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pela Diretora Geral da Câmara Municipal de Lavras, Lidiane da Silva Dias, requisitante do presente certame, a justificativa da presente contratação dá-se pelas seguintes razões:

**Justificativa Técnica:**

A disposição atual das poltronas, instalada após a última reforma no plenário, apresenta limitações funcionais e riscos à segurança, uma vez que as longarinas foram fixadas de maneira contínua, sem espaços adequados para livre circulação entre as fileiras. Essa configuração impossibilita a saída individual de pessoas assentadas nas extremidades das fileiras sem que várias outras precisem se levantar, o que compromete a mobilidade e dificulta a evacuação do ambiente em situações emergenciais.

Tal falha foi comprovada durante o evento de concessão de honrarias realizado em dezembro de 2024, quando o plenário esteve com sua capacidade máxima ocupada. O episódio revelou a inadequação do atual layout em termos de segurança, conforto e acessibilidade.

Além disso, análise técnica recente feita por representante do Corpo de Bombeiros, atendendo à solicitação da Diretoria Geral, identificou que a disposição



atual não corresponde ao projeto aprovado e não atende aos critérios de segurança exigidos para ocupação e evacuação, podendo inclusive comprometer a aprovação do espaço em eventual inspeção.

Com base nessas constatações, concluiu-se ser tecnicamente necessária a remoção e reinstalação das poltronas com novo layout, garantindo a criação de corredor central com largura mínima de 1,60m, conforme orientação do Corpo de Bombeiros e assegurando acessibilidade e rotas de fuga adequadas.

#### **Justificativa Econômica**

A execução dos serviços por empresa especializada representa a solução mais econômica e eficiente por diversos motivos:

- Redução de riscos e custos com acidentes ou danos estruturais, que poderiam ocorrer com intervenções improvisadas ou realizadas por equipes sem qualificação técnica;
- Prevenção de eventuais penalidades e interdições por parte dos órgãos de fiscalização (Corpo de Bombeiros, e etc.), evitando prejuízos à imagem institucional e à continuidade das atividades legislativas;
- Melhor aproveitamento do mobiliário existente, uma vez que as poltronas serão reaproveitadas, reduzindo significativamente os custos em comparação com a substituição total por novos assentos;
- A contratação integrada, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, permite maior controle orçamentário e segurança na execução, além de evitar custos ocultos decorrentes de contratações fragmentadas.

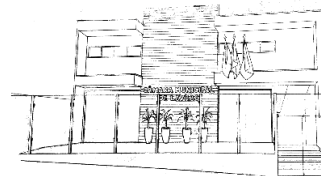
Por fim, a contratação permitirá que os serviços sejam executados com a qualidade técnica exigida, dentro do prazo necessário para as solenidades previstas entre os dias 11 a 15 de agosto de 2025, assegurando que o ambiente esteja plenamente adequado para recepção de autoridades, servidores e cidadãos.

Acresce-se, ainda, que a dispensabilidade adotada se dá com fulcro no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, *in verbis*, “*para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras*”.

### **3 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**3.1.** A proposta deverá seguir modelo constante do Anexo IV, contendo a descrição do item, constando a quantidade, unidade, **RESPECTIVA MARCA**, se aplicável, **valor unitário do item, valor total do item e total geral**, devendo os valores ser em moeda corrente nacional, com **duas casas decimais** e neles estando inclusas, além do lucro,

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



todas e quaisquer despesas, tais como: materiais acessórios, transportes, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos de qualquer natureza, taxas e impostos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços objeto desta contratação direta, validade da proposta, prazo da entrega e condição de pagamento, bem como **número da conta corrente, agência e nome do Banco da licitante vencedora**, conforme planilha abaixo, cujos valores equivalem à média cotada como preço de mercado pela Câmara Municipal de Lavras;

**3.2. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por item. O preço médio total para fins de referência é de R\$ 5.843,33 (cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais, trinta e três centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL DO ITEM
01	Prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, afixadas com quatro parafusos cada. A reinstalação deverá ser feita em formato de corredor central, conforme figura presente no Anexo I, observando integralmente as normas técnicas de segurança e acessibilidade.	Serv	01	R\$ 5.843,33	R\$ 5.843,33
VALOR MÉDIO TOTAL GERAL				R\$ 5.843,33	

#### 4 – DA VISITA TÉCNICA

**4.1.** Às licitantes interessadas será facultada a realização de visita técnica para melhor conhecimento das condições de execução do objeto.

**4.2.** A vistoria deverá ser agendada e realizada em dias úteis, das 08:30 às 11:30h e das 14:00 às 16:30h. O agendamento deverá ser efetuado através do e-mail [licitacao@lavras.mg.leg.br](mailto:licitacao@lavras.mg.leg.br), em até 02 (dois) dias úteis antes da Sessão Pública, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.



**4.3. A comprovação de vistoria, através do Termo de Visita Técnica é facultativa, não constituindo condição obrigatória para a participação do certame. Na impossibilidade de ser executada tal visita, deverá a licitante substituí-la por DECLARAÇÃO FORMAL assinada por seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno do objeto, das condições e peculiaridades inerentes à natureza da contratação. Assim sendo, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de condições locais e peculiaridades para a execução do objeto.**

## **5 – DO PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE**

Os serviços de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, a serem realizados no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, deverão obedecer aos seguintes critérios técnicos e padrões mínimos de qualidade:

### **1. Execução Técnica dos Serviços:**

- A remoção e reinstalação das poltronas deverão ser realizadas por equipe especializada e com experiência comprovada em montagem e fixação de mobiliário coletivo, preferencialmente em ambientes institucionais;
- A operação deverá garantir a integridade estrutural das poltronas, evitando danos às bases metálicas, assentos, encostos, parafusos e demais componentes;
- Os serviços devem ser executados sem causar danos ao piso do plenário, às instalações elétricas, acústicas ou estruturais do ambiente;
- Os furos e fixações devem ser realizados de forma nivelada, segura e durável, com o uso de ferramentas e técnicas adequadas para esse tipo de instalação.

### **2. Materiais e Insumos:**

- Toda a mão de obra, ferramental, insumos e materiais de fixação (parafusos, buchas, arruelas, etc.) deverão ser fornecidos pela empresa contratada;
- Os materiais utilizados devem ser novos, de primeira qualidade e adequados às especificações técnicas dos fabricantes das poltronas;
- Os componentes de fixação deverão garantir firmeza, estabilidade e resistência, em conformidade com as normas técnicas da ABNT.

### **3. Conformidade com Normas Técnicas**

- A nova disposição das poltronas deverá respeitar integralmente as **normas de segurança, acessibilidade e evacuação de emergência**, e demais normas pertinentes;
- As distâncias mínimas entre fileiras, largura dos corredores, e o acesso a saídas de emergência deverão ser observados, conforme diretrizes do Corpo de



Bombeiros e legislação vigente.

#### **4. Disposição das Poltronas**

- A reinstalação das poltronas deverá obedecer à nova configuração do plenário, conforme figura anexa, priorizando a formação de corredor central para permitir fluxo e evacuação adequada;
- Os corredores centrais e laterais deverão ter largura **mínima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros)**, de acordo com recomendação técnica do Corpo de Bombeiros, de forma a garantir condições adequadas de circulação e evacuação segura em situações de emergência.
- A empresa deverá alinhar previamente com a Diretoria Geral ou responsável técnico da Câmara a marcação do novo layout, garantindo o correto posicionamento e espaçamento entre as poltronas.

#### **5. Limpeza e Finalização**

- Ao final da execução dos serviços, a empresa deverá deixar o ambiente limpo e livre de resíduos, sendo responsável pela coleta e destinação adequada de sobras de materiais, resíduos de perfuração, embalagens e outros detritos gerados durante o serviço.

#### **6. Prazos e Responsabilidades**

- **Os serviços deverão ser executados dentro do prazo acordado, com antecedência mínima à realização dos eventos previstos entre os dias 11 a 15 de agosto de 2025;**
- Qualquer dano causado durante a execução dos serviços à estrutura da edificação, mobiliário ou equipamentos será de responsabilidade integral da contratada, devendo ser reparado sem ônus para a Câmara Municipal;
- O serviço será considerado concluído somente após vistoria e aprovação formal por parte da Diretoria Geral e do responsável técnico designado.

### **6 – DA MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSUMOS**

**6.1. Toda a mão de obra, ferramental, insumos e materiais de fixação (parafusos, buchas, arruelas, etc.) serão de responsabilidade da licitante vencedora. Os materiais utilizados devem ser novos, de primeira qualidade e adequados às especificações técnicas dos fabricantes das poltronas. Os componentes de fixação deverão garantir firmeza, estabilidade e resistência, em conformidade com as normas técnicas da ABNT.**





## **7 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**7.1.** Os serviços, objeto desta Dispensa Eletrônica, deverão ser prestados no Prédio Sede da Câmara Municipal de Lavras, localizado na Avenida Pedro Sales, nº 542, Centro, Lavras/MG.

**7.2. Os serviços deverão ser prestadas no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato ou da manifestação de recebimento de Nota de Empenho ou documento equivalente ao contrato, nos termos do item 7.1 e 7.2 (VII - DA CONTRATAÇÃO) do Aviso desta Dispensa Eletrônica. **Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações contidas no Termo de Contrato, neste Termo de Referência e demais condições estipuladas em sua proposta comercial, a qual, obrigatoriamente, deverá seguir todas as características deste certame.**

**7.3.** Deverá a licitante vencedora do certame comunicar à Presidência da Câmara Municipal de Lavras, no ato de recebimento de Nota de Empenho ou documento equivalente ao contrato, por escrito, se porventura, não puder prestar os serviços requeridos, informando os motivos correlatos, submetendo-se às penalidades legais cabíveis.

## **8 – DO PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO**

**8.1. O pagamento dos serviços prestados pela licitante vencedora será realizado em até 30 (trinta) dias** após a apresentação da respectiva Nota Fiscal de entrega ao Fiscal desta pretensa contratação, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável, caso tenham, com cálculo feito a partir do valor final da proposta ofertada.

**8.1.1.** O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora, por meio de ordem bancária, **DEVENDO** para isto, **ficar explicitado na Nota Fiscal, o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, devendo ser registrada na razão social e CNPJ da licitante vencedora.**

**8.1.2.** Deverá ser procedida consulta "ONLINE" junto aos órgãos correspondentes antes do pagamento a ser efetuado a licitante vencedora, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições de habilitação exigidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio, podendo a Câmara Municipal de Lavras, valer-se da regularidade do SICAF para a finalidade deste item.

**8.1.3.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara Municipal de Lavras em favor da



licitante vencedora. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

**8.1.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara Municipal de Lavras, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada com base no INPC/IBGE, conforme legislação pertinente.

**8.1.5.** O Pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação dos serviços, objetos deste Termo de Referência.

**8.1.6.** As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante vencedora e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo Fiscal da pretensa contratação.

## **9 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA, INSTALAÇÃO E SERVIÇOS**

**9.1.** A entrega, a instalação e os serviços contratados, através de Nota de Empenho ou documento equivalente ao Contrato, serão vinculados à aprovação do Assessor de Tecnologia, servidor José Roberto Mota.

**9.2.** A aprovação PROVISÓRIA, para efeitos de posterior verificação minuciosa à especificação deste Termo de Referência, realizar-se-á, no ato da finalização dos mesmos, por termo circunstanciado redigido pelo servidor José Roberto Mota, Assessor de Tecnologia, conforme previsão do art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.3.** A aprovação final, com recebimento DEFINITIVO da entrega, da instalação e dos serviços, dar-se-á após a verificação da qualidade dos mesmos, bem como seu atendimento às condições deste Termo de Referência, com consequente aceitação, em até 10 (dez) dias úteis após a data efetiva do término dos mesmos, também mediante termo circunstanciado redigido pelo servidor José Roberto Mota, Assessor de Tecnologia, conforme previsão do art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.4. Os serviços deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias.**

## **10 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) VENCEDORA(S)**

**São obrigações da(s) licitante(s) vencedora(s):**



**10.1.** Prestar os serviços nas especificidades estabelecidas no Aviso da Dispensa Eletrônica nº 005/2025, seus Anexos e neste Termo de Referência;

**10.2.** Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como, materiais acessórios, transportes, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento do objeto;

**10.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal de Lavras ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a prestação dos serviços no local indicado;

**10.4.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Lavras até o término da prestação dos serviços e sua aprovação definitiva;

**10.5.** Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;

**10.6.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da prestação dos serviços;

**10.7. Prestar os serviços, quando solicitados, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos;**

**10.8.** Será de responsabilidade da Contratada o deslocamento até a localidade onde efetivamente ocorrerá a execução dos serviços;

**10.9.** A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais aplicáveis direta e indiretamente ao objeto do Termo de Referência, no Edital e seus Anexos;

**10.10.** A contratada deverá garantir que dispõe de pessoal capacitado e especializado necessário para promover a execução dos serviços, no regime contratado, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos obedecidos às disposições da legislação trabalhista vigente;

**10.11.** Disponibilizar mão de obra especializada para a execução do serviço, objeto deste certame;

**10.12.** A contratada deverá disponibilizar a seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) quando necessário, em conformidade às disposições legais vigentes e pertinentes à matéria;

**10.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



**10.14.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.15.** Apresentar a fatura com o valor correspondente à prestação dos serviços, conforme regramento estipulado neste Termo de Referência e respectivo Aviso de Dispensa Eletrônica.

## **11 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**São obrigações da Câmara Municipal de Lavras:**

**11.1.** Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estipuladas neste Termo de Referência;

**11.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora;

**11.3.** Fiscalizar a qualidade dos serviços, pormenorizadamente;

**11.4.** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

**11.5.** Comunicar à vencedora toda e qualquer ocorrência considerada irregular relacionada com a prestação dos serviços;

**11.6.** Verificar a regularidade da situação previdenciária, fiscal e trabalhista da vencedora, antes de efetuar o pagamento devido;

**11.7.** Aplicar as advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento parcial ou total dos termos deste Termo de Referência e respectivo Aviso de Dispensa Eletrônica.

## **12 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada sobre o objeto do certame e a qualidade dos serviços/fornecimentos.

## **13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada e pelas dotações equivalentes nos exercícios seguintes.

Ficha 16  
01.01.01.01.122.0030.2080 – Reforma e Manutenção da Sede da Câmara do Município  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## **14 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**14.1.** O critério de julgamento será o de menor preço por item, conforme especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

## **15 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** A execução do contrato será fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Câmara Municipal de Lavras.

## **16 - DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO CONTRATUAL**

**16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da assinatura do Contrato. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**16.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**16.2.1.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**16.3.** Aplica-se a esta Cláusula os artigos do “Capítulo VII – Da Alteração dos Contratos e Dos Preços, Título III”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **17 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

**17.1.** O prazo de vigência da contratação deste certame será de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua assinatura, conforme previsão dos anexos deste Aviso de Dispensa



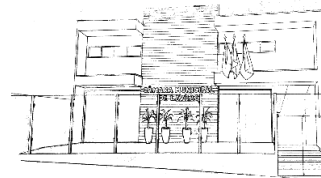
Eletrônica, prorrogável nos termos dos arts. 106 e 107, observado o limite do art. 75, inciso II; da Lei nº 14.133, de 2021.

## **18 – DAS SANÇÕES**

**18.1.** As previsões das hipóteses de infrações, o rito de apuração, garantida a ampla defesa e o contraditório, e a aplicação das sanções, estão descritas no item VIII (DAS SANÇÕES) do Aviso da Dispensa Eletrônica nº 005/2025 vinculando-se integralmente a este Termo de Referência, independentemente de sua transcrição.

Lavras, 29 de julho de 2025.

**KÁTIA CÍNTIAM RÊGO**  
*Agente de Contratação da Câmara Municipal de Lavras*



**ANEXO V**  
**MODELO DE PROPOSTA**

Apresentamos nossa proposta para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 (cento e vinte) poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras**, objeto da presente Dispensa de Licitação nº 005/2025, Procedimento Licitatório nº 020/2025, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Aviso de Dispensa Eletrônica nº 005/2025 e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:**

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO, TELEFONE e E-MAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

**PROPOSTA:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
TOTAL GERAL				R\$	

**CONDIÇÕES GERAIS:**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a contratação direta.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:**

De acordo com o especificado no Termo de Referência do Aviso da Dispensa de Licitação nº 005/2025.

**Obs.1:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

---



comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a prestação dos serviços.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:**

**No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública da Dispensa nº 005/2025.**

Local e data

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**



**ANEXO VI**  
**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**ANEXO \_\_\_\_\_ - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

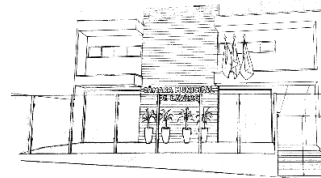
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 05/2025

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE 120 (CENTO E VINTE) POLTRONAS GEMINADAS E REBATÍVEIS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, o Município de Lavras, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da **CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.092.071/0001-90, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, na Avenida Pedro Sales, n.º 542, Centro, CEP 37200-238, doravante denominada CML, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **XXX**, portador do CPF XXX, e RG n.º XXX, doravante denominada **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a empresa **XXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXX, com sede na cidade de XXX, na Rua XXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, **XXXXX**, inscrito no CPF sob n.º XXXX, RG n.º XXXXX, tendo em vista o que consta na Dispensa Eletrônica n.º 05/2025 e em observância às disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas demais normas legais pertinentes à matéria, resolvem celebrar o presente Termo Contratual para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE 120 (CENTO E VINTE) POLTRONAS GEMINADAS E REBATÍVEIS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL**, decorrente da Dispensa Eletrônica n.º 05/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir explicitadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE REMOÇÃO E**



**REINSTALAÇÃO DE 120 (CENTO E VINTE) POLTRONAS GEMINADAS E REBATÍVEIS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL**, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 005/2025, seus Anexos e as cláusulas contratuais abaixo estipuladas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR MÉDIO ANUAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de remoção e reinstalação de 120 poltronas geminadas, rebatíveis, no Plenário Dr. Orlando Haddad da Câmara Municipal de Lavras, afixadas com quatro parafusos cada. A reinstalação deverá ser feita em formato de corredor central, conforme figura presente no Anexo I, observando integralmente as normas técnicas de segurança e acessibilidade.	SERV	R\$ xxx

1.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.1.2. Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA e eventuais anexos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**O prazo de vigência da contratação decorrente deste certame será de 30 (trinta) dias**, a partir da data de sua assinatura, conforme previsão dos anexos deste Aviso de Dispensa Eletrônica, prorrogável nos termos dos arts. 106 e 107, observado o limite do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1. Os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato ou da manifestação de recebimento de Nota de Empenho ou documento equivalente ao contrato, nos termos do item 7.1 e 7.2 (VII - DA CONTRATAÇÃO) do Aviso desta Dispensa Eletrônica.



2.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações contidas no Termo de Contrato, no Termo de Referência e demais condições estipuladas em sua proposta comercial, a qual, obrigatoriamente, deverá seguir todas as características deste certame.

2.3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, no ato de recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente ao contrato, por escrito, eventual impossibilidade de cumprimento de qualquer das obrigações previstas no Aviso de Dispensa Eletrônica e neste Contrato, informando os motivos determinantes.

2.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 107, da Lei 14.133/2021.

2.5. Toda prorrogação será precedida de realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

2.6. A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Lavras.

2.7. A pelo menos 10 (dez) dias corridos do término da vigência do contrato, a CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias corridos, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

2.8. A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular sua decisão.

2.9. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá da CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PAGAMENTOS**

3.1. O valor global do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à prestação dos serviços durante a vigência contratual, na forma do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos anexos.

3.2. O pagamento dos serviços prestados e do bem adquirido pela licitante vencedora será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal de entrega ao Fiscal desta pretensa contratação, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.



3.3. O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora, por meio de ordem bancária, DEVENDO para isto, ficar explicitado na Nota Fiscal, o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, devendo ser registrada na razão social e CNPJ da licitante vencedora.

3.4. Deverá ser procedida consulta "ONLINE" junto aos órgãos correspondentes antes do pagamento a ser efetuado a licitante vencedora, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições de habilitação exigidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio, podendo a Câmara Municipal de Lavras valer-se da regularidade do SICAF para a finalidade deste item.

3.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara Municipal de Lavras em favor da licitante vencedora. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

3.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara Municipal de Lavras, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada com base no INPC/IBGE, conforme legislação pertinente.

3.7. O Pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação dos serviços, na forma do Termo de Referência.

3.8. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante vencedora e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo Fiscal da pretensa contratação.

3.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.10. O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da entrega da mercadoria, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto.

3.11. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

<p><b>CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS</b></p>
--



O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada sobre o objeto do certame e a qualidade dos serviços/fornecimentos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Lavras, estando consignados na:

Ficha 16  
01.01.01.01.122.0030.2080 – Reforma e Manutenção da Sede da  
Câmara do Município  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

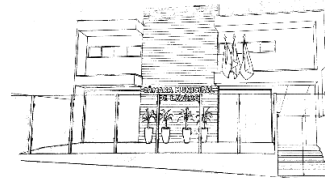
7.1. Os preços inicialmente CONTRATADOS são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do levantamento de mercado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por aditamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas no Termo de Referência;

8.2. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da execução;

8.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto e no serviço fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer alteração deste no curso do contrato;

8.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA após 48 (quarenta e oito) horas do seu envio.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para acompanhar a entrega das mercadorias, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

8.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;





8.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

8.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

8.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.13. Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Disponibilizar mão de obra especializada para a prestação do serviço contratado;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Custear o valor do deslocamento, quando ser solicitada a correção;



9.8. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;

9.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

9.10. Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos;

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.12. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em até 24 (vinte e quatro) horas caso haja qualquer alteração;

9.13. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

9.14. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.20. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;



9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



10.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9.1 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.2 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

11.1. A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, se:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A inexecução total ou parcial do contrato, objeto deste Aviso de Dispensa, e o cometimento de qualquer das infrações administrativas relacionadas do subitem 21.1, além de ensejarem rescisão contratual, permitirão à Câmara Municipal de Lavras, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – **advertência**: quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II – **multa**:

- i. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, até o máximo de 0,6% (seis décimos por cento) pelo atraso na entrega do produto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Câmara Municipal de Lavras a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados por descumprimento, ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- ii. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao



previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- iii. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- iv. Moratória de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) por dia sobre o valor do empenho, ou 10% Sobre o valor da Ata e ou 30% sobre o valor do produto a ser garantido;
- v. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor da Ata por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Câmara Municipal de Lavras a promover a rescisão do contrato;

**III - impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

11.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Vencedora que ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

11.4. As sanções previstas no inciso I do item 11.2. poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Câmara Municipal de Lavras, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízos das multas previstas no Edital e nas demais cominações legais.

11.6. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (quando for o caso), além da perda desta, responderá a empresa vencedora pela sua diferença, a





qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.7. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

11.8. A CONTRATANTE poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.

11.9. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei 14.133/2021.

11.10. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

A extinção deste Contrato se dará nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, e ensejará, após garantida a ampla defesa e o contraditório, a aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Primeira deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação municipal vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, conforme as normas internas de designação de servidores para a função, ou pelos respectivos substitutos, aos quais compete entre outras obrigações:

- a) Atestar o recebimento provisório e definitivo;
- b) Receber, conferir e atestar as Notas Fiscais;
- c) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à





Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

13.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

13.5. A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos;

13.6. A fiscalização anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

13.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas



e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO E DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17.2. Por força do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, e do artigo 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes da execução deste Contrato é o da Justiça Estadual da Comarca de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Lavras, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Pela **CONTRATANTE**:

\_\_\_\_\_  
**XXX**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS

Pela **CONTRATADA**:

\_\_\_\_\_  
**XXXX**  
**XXX**

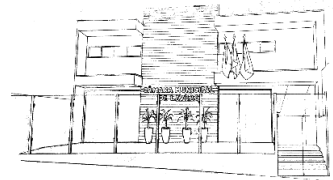
**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**XXX**  
CPF: XXX  
Cargo: XXX

Pela **CONTRATANTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

---



---

**XXX**  
CPF: XXX  
Cargo: XXX

Pela **CONTRATADA**